

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PB000001/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/01/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR075911/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 13090.100838/2019-09
DATA DO PROTOCOLO: 30/12/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMP.PREST.SERV.C.GRANDE, CNPJ n. 01.559.792/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA;

E

SECOVI-PB SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA VENDA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS E DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO ESTADO DA PARAIBA, CNPJ n. 41.139.429/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERICO MOTA FEITOSA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias, com abrangência territorial em Campina Grande/PB, com abrangência territorial em Campina Grande/PB, com abrangência territorial em Campina Grande/PB, com abrangência territorial em Campina Grande/PB.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SALÁRIO NORMATIVO DA CATEGORIA

Nenhum trabalhador abrangido por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a partir de **01 de Janeiro de 2020**, não poderá receber salários inferiores a:

GRUPO I	TRABALHADORES EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS e LAVANDERIAS DE ROUPAS
----------------	--

GRUPO I – TRABALHADORES EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS e LAVANDERIAS DE ROUPAS

Zelador - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Porteiro - R\$ 1.104,28 – (Hum mil cento e quatro reais e vinte e oito centavos);

Recepcionista - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Auxiliar de Serviços Gerais - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Jardineiro - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Faxineiro - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Office boy - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Operador de máquina de lavar - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Lavadores e passadores de roupas - R\$ 1.052,63 – (Hum mil e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos);

Eletricista - R\$ 1.104,28 – (Hum mil cento e quatro reais e vinte e oito centavos);

Bombeiro Hidráulico - R\$ 1.104,28 – (Hum mil cento e quatro reais e vinte e oito centavos);

Supervisor - R\$ 1.104,28 – (Hum mil cento e quatro reais e vinte e oito centavos);

GRUPO II	TRABALHADORES EM CONDOMÍNIOS COMERCIAIS E EMPRESARIAIS
	Zelador - R\$ 1.059,87 – (Hum mil e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos);

	<p>Porteiro - R\$ 1.114,61 – (Hum mil cento e catorze reais e sessenta e um centavos);</p> <p>Recepcionista - R\$ 1.059,87 – (Hum mil e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos);</p> <p>Auxiliar de Serviços Gerais - R\$ 1.059,87 – (Hum mil e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos);</p> <p>Jardineiro - R\$ 1.059,87 – (Hum mil e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos);</p> <p>Faxineiro - R\$ 1.059,87 – (Hum mil e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos);</p> <p>Office boy - R\$ 1.059,87 – (Hum mil e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos);</p> <p>Eletricista - R\$ 1.114,61 – (Hum mil cento e catorze reais e sessenta e um centavos);</p> <p>Bombeiro Hidráulico - R\$ 1.114,61 – (Hum mil cento e catorze reais e sessenta e um centavos);</p> <p>Supervisor - R\$ 1.114,61 – (Hum mil cento e catorze reais e sessenta e um centavos);</p>
GRUPO III	TRABALHADORES EM ADMINISTRADORAS DE CONDOMÍNIOS
	<p>Atendente/Recepcionista - R\$ 1.167,29 (Hum mil cento e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos);</p> <p>Assistente Administrativo - R\$ 1.172,45 (Hum mil cento e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos);</p> <p>Auxiliar de escritório - R\$ 1.179,69 (Hum mil cento e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos);</p> <p>Auxiliar de contabilidade - R\$ 1.179,69 (Hum mil cento e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos);</p> <p>Auxiliar do setor financeiro - R\$ 1.179,69 (Hum mil cento e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos);</p> <p>Auxiliar de recursos humanos - R\$ 1.179,69 (Hum mil cento e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos);</p>

	<p>Encarregado de compras e logísticas - R\$ 1.187,95 (Hum mil cento e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos);</p> <p>Encarregado de contabilidade - R\$ 1.187,95 (Hum mil cento e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos);</p> <p>Encarregado de recursos humanos - R\$ 1.187,95 (Hum mil cento e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos);</p> <p>Encarregado do setor financeiro - R\$ 1.187,95 (Hum mil cento e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos);</p> <p>Encarregado de cobrança - R\$ 1.187,95 (Hum mil cento e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos);</p> <p>Office Boy - R\$ 1.084,65 (Hum mil e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos);</p> <p>Supervisor - R\$ 1.291,25 (Hum mil duzentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos)</p> <p>Gerente - R\$ 1.549,50 (Hum mil e quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)</p>
GRUPO IV	TRABALHADORES DE SHOPPING CENTER
	<p>Auxiliar Administrativo - R\$ 1.139,30 (Hum mil cento e trinta e nove reais e trinta centavos)</p> <p>Auxiliar de Serviços Gerais e Manutenção - R\$ 1.136,30 (Hum mil cento e trinta e seis reais e trinta centavos)</p> <p>Supervisor de Segurança - R\$ 1.424,12 (Hum mil quatrocentos e vinte e quatro reais e doze centavos)</p> <p>Inspetor de Mall - R\$ 1.115,02 (Hum mil cento e quinze reais e dois centavos)</p> <p>Gerente - R\$ 2.375,90 (Dois mil trezentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)</p> <p>Coordenador Administrativo – R\$ 2.125,40 (Dois mil cento e vinte e cinco reais e quarenta centavos)</p> <p>Operador de CFTV - R\$ 1.115,02 (Hum mil cento e quinze reais e dois centavos)</p> <p>Analista – R\$ 1.851,35 (Hum mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos)</p>

	Assistente de Operações – R\$ 1.424,12 (Hum mil quatrocentos e vinte e quatro reais e doze centavos)
	Atendente de Mall - R\$ 1.115,02 (Hum mil cento e quinze reais e dois centavos)

Parágrafo primeiro - Para os demais trabalhadores que percebem acima do piso da categoria e não tem a função discriminada nesta Convenção Coletiva de Trabalho, mas trabalha em Condomínios residenciais, Condomínios Comerciais, Administradoras de Condomínios, o reajuste será de **3,3% (três virgula três por cento)**, sobre o salário do mês de **Janeiro de 2020**.

Parágrafo segundo - Para os demais trabalhadores que percebem acima do piso da categoria e não tem a função discriminada nesta Convenção Coletiva de Trabalho, mas trabalha em Shopping center, o reajuste será de **3,3% (três virgula três por cento)**, sobre o salário do mês de **Janeiro de 2020**.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO DO SALÁRIO

Os salários dos empregados serão pagos até o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhador, podendo a critério do condomínio ser pago através de depósito em conta corrente ou salário ou poupança, em banco de sua livre escolha. Em sendo em espécie no horário de trabalho, e em cheque no horário de expediente bancário, sendo sempre permitida a saída do empregado para saque de cheque, excluído os horários de refeições.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias. Fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento, contendo discriminação de todas as importâncias pagas e descontadas, bem como o valor do depósito do FGTS.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica acordado que, independente da nomenclatura do cargo ou da função, aposta no contrato de trabalho, por exemplo: auxiliar de portaria, recepcionista, atendente, vigia ou qualquer outra seja dada, que o empregado vindo a exercer funções em portaria, ou seja, no controle de circulação de pessoas e/ou matérias, farão jus ao piso salarial devido aos porteiros,

ao cargo que o colaborador estiver efetivamente exercendo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O empregado que substituir outro de função superior, mesmo na hipótese do parágrafo anterior, fará jus ao salário do substituído, proporcional ao tempo de exercício da função.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica certo e acordado que, as funções de porteiro e/ou vigia, além das descritas no parágrafo segundo, consiste também em observar atentamente a área do posto de serviço, não se confundem com as exercidas pelo vigilante, definidas em art. 15 da lei 7.102/83, não sendo ditas normas aplicadas as OS CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS acordantes.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - CONVÊNIO, FARMÁCIA E ÓTICA

OS Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias, são obrigados, mediante autorização escrita dos empregados, a efetuarem descontos em folha, relativo a compras efetuadas via convênios, firmado entre o SINTEPS-CG, e empresas para atendimento aos empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O SINTEPS-CG remeterá para OS CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS. Até o dia 20(vinte) de cada mês, a relação de débitos dos empregados para desconto em folha de pagamento, relativo aos convênios de que trata o caput desta cláusula. As EMPRESAS repassarão para o SINTEPS-CG, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês do desconto, os valores descontados dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – OS CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS que não repassarem o desconto no prazo estipulado no parágrafo anterior são consideradas inadimplentes, e sujeitam-se a multa de 2% aplicada sobre o valor do desconto, mais juros de 1% ao mês ou pró-rata, além de responderem por perdas a danos que causarem aos seus empregados.

PARAGRAFO TERCEIRO – Os descontos previstos no caput desta cláusula, não poderão exceder, mensalmente, e em qualquer hipótese, ao percentual de 20% (vinte por cento) do salário do empregado.

PARAGRAFO QUARTO – Compete ao SINTEPS-CG ao celebrar e executar os convênios e, em nenhuma hipótese e permitido o uso do nome dos CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS acordantes, como referencia ou garantia.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SEXTA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extras serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), em dias normais e em dia de repouso ou feriados, com adicional de 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As horas extras habitualmente prestadas integram o salário do empregado para todos os efeitos, inclusive para pagamento do 13ºsalário, férias, verbas rescisórias e repouso remunerado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ao trabalhador noturno será pago um adicional de 20% (vinte por cento) a incidir sobre o salário hora normal aos dias efetivamente trabalhados. A hora noturna compreende-se as HORAS trabalhadas entre 22 (vinte e dois) horas de um dia ate 05 (cinco) horas da manhã do dia seguinte.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE ALIMENTAÇÃO

Os Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias. Integrantes da categoria fornecerão Ticket Alimentação ou Vale Refeição a todos os empregado dos grupos I, II e IV, inclusive aos que exercerem horários diferenciados, ou seja os que trabalham 6hrs também receberá, a partir da vigência da presente convenção coletivos, no valor total mensal de R\$ **140,00 (Cento e quarenta reais)**, cujo fornecimento poderá ser efetuado entre o dia 1º(primeiro) dia útil de cada mês.

PARÀGRAFO PRIMEIRO – OS CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS descontarão de seus empregados 5% (cinco por cento) do valor mensal de vale alimentação, qualquer que seja a modalidade da concessão, de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A concessão prevista no caput, não será concedida nos dias em que o empregado estiver em gozo de férias, auxilio doença ou acidente de trabalho, além do mais as empresas descontarão dos seus empregados a referida concessão em qualquer dia de falta ao trabalho, **não justificada**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ficam cientificados os beneficiários à concessão prevista no caput desta cláusula, que o beneficiário que por mal uso de seu vale alimentação venha constranger os condôminos em busca de alimentação ou valores em espécie para este fim, poderá sofrer apenas com sanções previstas na legislação em vigor

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

As rescisões do contrato de trabalho dos empregados com mais de 12 (doze) meses no mesmo condomínio e/ou administradora, serão OBRIGATORIAMENTE homologadas pelo SINTEPS-CG.

PARAGRAFO ÚNICO – Os Condomínios, Administradoras e Lavanderias de Roupas, no ato da homologação, no sindicato profissional, apresentarão as seguintes documentações, a saber:

1. CTPS – Carteira de Trabalho Previdência Social;
2. Extrato p/ fins rescisório emitido por Conectividade Social;
3. Demonstrativo do Trabalhador (FGTS);
4. Comprovante de pagamento da G.R.R.F;
5. Chave de identificação p/ liberação do FGTS;
6. Guia do Seguro Desemprego;
7. Carta de Referencia;
8. Termo de Rescisão em 04(quatro) vias;
9. Pagamento em espécie, Cheque Administrativo, depósito em conta salário ou conta corrente/poupança pré-existente;
10. Exame Médico Demissional ASO (atestado de saúde ocupacional);
11. Carta de Aviso Prévio;
12. Livro ou Ficha de Registro;
13. O último comprovante de pagamento da Contribuição Assistencial.
14. Apresentação do PPP.

CLÁUSULA NONA - DAS RESCISÕES DE CONTRATO

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados com mais de 6 (**seis**) meses de serviços na mesma empresa, serão **OBRIGATORIAMENTE** homologadas pelo **SINTEPS/CG** na sua sede.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No ato das homologações das rescisões do Contrato de Trabalho só poderão ser efetuadas mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) 04 vias do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho;
- b) Extrato Analítico do FGTS de todo o período do contrato de trabalho;
- c) CTPS atualizada;
- d) Requerimento do seguro desemprego;

- e) Guia de Recolhimento da multa sobre o FGTS;
- f) Guia de Recolhimento da **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**, Obreira e patronal, dos últimos (02) dois anos;
- g) Atestado de Saúde Ocupacional Demissional;
- h) Aviso Prévio do Empregador ou Empregado (em caso de pedido de demissão);
- i) Chave de conectividade Social;
- j) Comprovante de Recolhimento das importâncias correspondentes as Contribuições Sindicais Patronal, apresentadas pelo empregador através do Certificado de Regularidade de Situação Sindical emitido pelo Sicovi, devendo ser observado o prazo de validade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os empregadores poderão efetuar, até 72 horas após o término do contrato de trabalho, o pagamento das verbas devidas em virtude da rescisão de contrato de trabalho aos empregados cujos domicílios situem-se fora da Grande João Pessoa/PB, ficando dispensados o pagamento da multa prevista no Art. 477 da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os títulos rescisórios constantes da TRCT, homologados pelo **SINTEPS/CG**, poderão ser pagos ao trabalhador em espécie e/ou em cheques nominal emitidos pela própria Empresa na data da rescisão, não podendo ser cruzado, exceto se o domicílio da empresa for em outro Estado pois neste caso deverá ser pago através de cheque administrativo ou depósito em conta do trabalhador.

PARÁGRAFO QUARTO - Os empregadores demandados perante a Comissão de Conciliação Prévia, ficarão dispensados do pagamento da multa prevista no Art. 477 da CLT na hipótese da demanda envolver controvérsia acerca das verbas devidas em virtude da rescisão de contrato de trabalho, devendo o **SINTEPS/CG** fornecer ao empregador comprovante de comparecimento à entidade sindical obreira com a finalidade de homologação da rescisão do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO – No âmbito das relações de trabalho previstas nesta Convenção Coletiva, as empresas deverão cumprir o prazo previsto no artigo 477, da CLT tanto para quitação dos valores devidos em razão da rescisão do contrato de trabalho como para o cumprimento da obrigação de fazer, concernente a entrega das guias de liberação do Seguro Desemprego e TRCT, sob pena de aplicação da penalidade prevista no artigo 477, §8º da CLT, independentemente se o aviso prévio for trabalhado ou indenizado, **o prazo para homologação** (entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual), bem como para pagamento dos valores devidos na rescisão contratual **será de 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato.**

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

É vedada a utilização do Contrato de Experiência em caso de readmissão de empregado.

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TREINAMENTOS

Os Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias promoverão a cada 02 (dois) anos, cursos de aperfeiçoamento, treinamento, e capacitação de seus funcionários, para melhor desempenho de suas funções, em conjunto/parceria com o SINTEPS-CG e o SECOVI-PB, após a conclusão de cada curso, deve ser fornecido a todos participantes certificados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os funcionários que não participarem dos cursos, palestras, capacitações e treinamentos para melhor desempenho profissional destes, oferecidos/disponibilizados pelos Empregadores, Sindicatos Laboral e/ou Patronal, estão passíveis de punições.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando o curso de qualificação de que trata essa clausula ocorrer fora do local de trabalho, dos beneficiários, será fornecido aos mesmos, transportes ou vales, para deslocamento, casa curso e curso casa.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ÁGUA DE BEBER

Os Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias, disponibilizarão em local de fácil acesso aos trabalhadores, filtro com água potável e/ou mineral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FARDAMENTO

OS Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias. Que exigirem uso do fardamento Fornecerá gratuitamente aos seus empregados às seguintes quantidades de peças por ano: 02 (duas) camisas, 02 (duas) calças e 01 (um) par de sapatos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O empregado ao receber o fardamento assume a responsabilidade de usá-lo e conservá-lo, em caso de extravio, por culpa ou dolo, responde pelas despesas de aquisição de novo fardamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Por ocasião de rescisão contratual, o empregado é obrigado a devolver o fardamento, ou a pagar o valor equivalente ao seu custo sob pena de vir a ser descontado das verbas rescisórias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUADRO DE AVISOS

OS Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias, permitirão ao SINTEPS-CG, afixar no quadro de avisos, comunicações oficiais do Sindicato, sendo vedados assuntos políticos religiosos e os que atentarem contra a administração do CONDOMÍNIO E ADM. DE CONDOMÍNIO E LAVANDERIA DE ROUPA. Ou de seus dirigentes ou prepostos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os comunicados serão, sempre, em papel timbrado do SINTEPS-CG e os cartazes acompanhados de ofício, assinados pelo presidente do SINTEPS-CG, solicitando a sua fixação, o que será procedido em até 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O acesso dos dirigentes sindicais AOS Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias, será precedido de prévio comunicado a administração, de forma a preservar a segurança e a privacidade dos condomínios e ocorrerão sempre nos intervalos relativos ao descanso dos empregados, sendo vedada a divulgação de material ou qualquer outro meio de propaganda político - partidária religiosa ou relativa a pessoas de comunidades em especial moradores de condomínios sob qualquer pretexto.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As visitas de que trata o parágrafo anterior, não ocorrerão após as 18 horas, em dia feriado ou domingos.

Outras estabilidades

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LICENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE

Á empregada gestante é assegurada estabilidade provisória prevista em lei, cabendo a ela a obrigação de informar ao seu empregador a gestação, por escrito e acompanhada de atestado médico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica assegurada a estabilidade paterna de 03 (três) meses a contar da data do nascimento da criança, em caso que apenas o pai tenha vínculo empregatício, mediante a

apresentação da certidão de nascimento do filho, CTPS da esposa ou companheira, além da certidão de casamento ou comprovação de união estável.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A licença paternidade é de 05 (cinco) dias, cabendo ao empregado informar aos CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS o nascimento imediato do filho, mediante entrega da Certidão de Nascimento.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho é a prevista no art. 7º; inciso XII da Constituição Federal, tal sejam 220 horas mensais, 44 semanais e 08 horas diárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO: É facultado dos CONDOMINIOS E

ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS, estabelecerem jornadas de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com intervalo intrajornada 1 (uma) hora para refeição, considerado como folgas os dias de descanso ocorridos entre as jornadas de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na escala de trabalho mencionada no caput desta clausula, os domingos são considerados dias normais de trabalho, não devendo ser remunerados como período extraordinário.

PARÁGRAFO TERCEIRO – CONTROLE DE PONTO: É obrigatório o controle de ponto, seja qual for o numero de empregados. A marcação do ponto poderá ser feita por meio mecânico, eletrônico, ou similar, ou livro de ponto, sendo da inteira responsabilidade do empregado o registro regular da jornada de trabalho, fazendo constar o exato horário de trabalho, inclusive, horas extras, se houver.

PARÁGRAFO QUARTO – Será concedido intervalo intrajornada de uma hora para lanches, refeições ou descanso. A hora destinada ao intervalo intrajornada, quando não concedida será paga com um adicional de 50% (cinquenta por cento) a incidir sobre o salário hora normal.

PARÁGRAFO QUINTO – OS Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias. Poderão prorrogar a jornada de trabalho em ate 02(duas) horas diárias, para suprir faltas de outros empregados ou por necessidade de serviço.

PARÁGRAFO SEXTO – Os Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias. Poderão, para compensar jornada de trabalho aos sábados, acrescer o número de hora diária de trabalho durante a semana, ou seja, de segunda-feira a sexta-feira observando o limite semanal de 44 horas normais de trabalho, **desde que exista acordo prévio com seus funcionários.**

PARÁGRAFO SÉTIMO Fica acordado que o dia 5 de Agosto é feriado Estadual, conforme a lei de nº 3.489.

Faltas

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ATESTADOS MÉDICOS

Obrigam-se aos Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias. A acatar os atestados médicos apresentados pelos empregados em justificativos de ausência ao trabalho, por motivo de doença emitida pelo INSS e seus conveniados, assim como pelo Departamento Médico e Odontológico do Sindicato dos Empregados, desse que é apresentado, no prazo de 48(quarenta e oito) horas da sua emissão e desde que conste do atestado o CID-Código Internacional de Doença.

Relações Sindicais

Representante Sindical

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

OS Condomínios de Edifícios Residenciais e Empresariais, Administradoras de Condomínios Residências e Empresariais e Lavanderias. Concederão licença remunerada aos empregados que ocuparem cargo de diretoria sindical, para participarem de cursos, reuniões do sindicato ou congresso, de até 6 (seis) dias por ano, de 01 (um) a 03 (três) dias por mês, limitado a um dirigente por OS CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS. Caso exista mais de um diretor sindicato empregado dos CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS. Cabe ao sindicato indicar qual o diretor será beneficiado com a licença remunerada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os diretores sindicais são os de direção, excluindo qualquer outro de representação ou mesmo de órgão de apoio, tais como diretor esportivo, culturais, social, delegado sindical, membro de comissões ou de conselhos.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA LABORAL

Com o fundamento do art. 8º da Constituição Federal e na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária, o condomínio, a administradora de condomínio ou a lavanderia descontarão, mensalmente, a partir do mês de Janeiro/2020, de seus empregados, associado ao Sindicato o valor equivalente a 2% (dois por cento) do salário do empregado associado, que será recolhido ao SINTEPS ate o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

PARÁGRAFO ÚNICO – O não repasse da mensalidade no prazo previsto, no *caput* desta cláusula, implicará na aplicação de multa prevista no art. 600 da CLT, além da devida correção monetária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

A título de Contribuição Assistencial, as Empresas de Administração de Condomínios Residenciais e Empresariais, Condomínios Residenciais e Empresariais, e lavanderias se obrigam a pagar de todos os seus empregados, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o salário base da categoria, apenas no mês de janeiro de 2020, recolhido para o SINTEPSCG até o dia 10 de fevereiro de 2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Os Condomínios Residenciais, Condomínios Comerciais, e Administradoras de Condomínios, se obrigam a contribuir para o SECOVI/PB, a Título de Contribuição Assistencial Patronal, o valor de **R\$ 110,00 (cento e dez reais), em formulário emitido pelo SECOVI/PB.**

Os Shoppings Centers, se obrigam a contribuir para o SECOVI/PB, a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, o valor de R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais).

As devidas contribuições DEVERÃO ser pagas até dia 02 de Março de 2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O não recolhimento da referida taxa na presente Convenção, acarretará, para o empregador além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor do recolhimento, devendo o SECOVI-PB, cobrá-las da seguinte forma:

a) acionar primeiramente como solução alternativa a **CONCILIAÇÃO** ou a **MEDIAÇÃO** como forma amigável de resolver o conflito, ficando desde já eleita a **CONCILIARE – Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.899.669/0001-28, situada na Av. Ariosvaldo Silva, 686, Torre, CEP: 58.040-230 – João Pessoa/PB, na forma de seu Regimento Interno e Regulamento Interno da Mediação e Conciliação, disponíveis em seu site www.conciliare.net.br e sob as regras da Lei 13.140/15.

b) não sendo o conflito resolvido por conciliação ou mediação, acionar a justiça ou a arbitragem para cobrar essa taxa e negativar o condomínio perante a Lei.

PARAGRAFO SEGUNDO - Esta contribuição servirá para o Secovi-PB manter suas despesas operacionais da sede, do atendimento aos

Condomínios residenciais e Comerciais, Administradoras de Condomínios e Shopping centers, no que concerne a realização de cursos e palestras de interesses mútuos e orientação jurídica.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A isenção desta taxa só se dará com a apresentação da cópia da Rais Negativa homologada pelo Ministério da Economia que deverá ser apresentada ao Secovi-PB antes do vencimento da Guia.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONCILIAÇÃO DE COMISSÃO PRÉVIA

Ficam instituídas as CCP's – Comissão de Conciliação Prévia, previstas no art.625 - A da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, conforme a redação dada pela lei nº9.958, de 12 de janeiro de 2000, composta de representantes Titulares e Suplentes indicados pelo sindicato patronal e laboral, com o objetivo de tentar a conciliação de conflitos individuais de trabalho, no âmbito de suas representações e bases territoriais.

a) Todas as demandas de natureza trabalhista em todo o estado da Paraíba, na jurisdição das varas do Trabalho e dos Sindicatos mencionados no *“Caput”* da presente cláusula, serão submetidas previamente ao CCP's-Comissão de Conciliação Prévia, conforme determina o art. 625- D da Consolidação das Leis Trabalhistas –CLT

PARAGRÁFO PRIMEIRO – As CCP's-Comissão de Conciliação Prévia funcionarão na sede do CINCON/PB-CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAÍBA, instalado na Rua. João da mata, nº 704, centro-Campina Grande-PB, com sua base territorial em todo o Estado da Paraíba ou em suas sub- sedes, disponibilizando toda estrutura administrativa e jurídica as partes aqui envolvidas. As Comissões poderão ainda mediante autorização do Presidente do CINCON/PB – Centro Intersindical de Conciliação Trabalhista do Estado da Paraíba, funcionar nas dependências do

NINTER-NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA em João pessoa, no Parque Sólon de Lucena, 498-centro, ou em outras localidades, sempre com o objetivo de facilitar o acesso à conciliação.

a) A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo pela secretaria do CINCON/PB-CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAÍBA ou por qualquer membro da CCP, Comissão de Conciliação Prévia, que designará na mesma oportunidade, dia e hora da sessão da tentativa de conciliação, entregando recibo ao demandante.

b) A sessão de tentativa de conciliação realizar-se-á no prazo de 10(dez) dias, a contar do ingresso da demandada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CINCON/PB-CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAIBA reunir-se-á das segundas às sextas- feiras, no local já especificado, nos seguintes horários: das 08h00min às 12h00min, e das 14h00min às 17h30min.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Pra custeio e manutenção das despesas administrativas do CINCON/PB CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAIBA - será cobrado uma taxa no valor de R\$200,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS), exclusivamente do condomínio na condição de demandada.

PARÁGRAFO QUARTO – O CINCON/PB-CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAIBA notificará o condomínio por meio de notificação postal-Ar ou pessoalmente mediante recibo, com prazo mínimo de cinco dias de antecedência à realização da audiência de tentativa de conciliação, devendo constar dos autos cópia dessa notificação.

a) Da notificação contará necessariamente o nome do demandante, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a comunicação de que o demandado deverá comparecer pessoalmente ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir e firmar o termo de conciliação.

PARAGRÁFO QUINTO – não sendo possível realizar a audiência de conciliação nos 10 (dez) dias à formulação da demanda ou não tendo o condomínio demandada sido notificada sessão com cinco dias de antecedência, a secretaria do O CINCON/PB - CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAIBA fornecerá às partes declaração da impossibilidade de conciliação com descrição do objetivo da demanda.

a) Caso uma das partes não compareça à sessão de conciliação, o conciliado patronal ou laboral na CCP - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, presentes na ocasião, firmará declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

b) Em caso do não comparecimento do condomínio demandada, será cobrado à taxa no valor convencionado no Parágrafo terceiro do presente instrumento, correspondente ao ressarcimento das

despesas efetuadas pelo O CINCON/PB-CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAIBA na tentativa de conciliação.

PARÁGRAFO SEXTO – Aberta a sessão de conciliação, os conciliadores esclarecerão às partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usarão os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória da demanda.

a) Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador ou ao representante, declaração da tentativa conciliatória frustrada com descrição de seu objeto, firmada pelos membros da CCP- Comissão de Conciliação Prévia que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

b) Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo trabalhador e empregador ou seu preposto e pelos membros da CCP- Comissão de Conciliação Prévia que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

c) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto a parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único do art. 625 –E da CLT- Consolidação das Leis Trabalho, com redação dada pela Lei nº 9.958 de 12 de junho de 2000.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os conciliadores representantes dos trabalhadores na comissão deverão ser membros da Diretoria do Sindicato de Trabalhadores ou pessoas contratadas pelo Sindicato.

PARÁGRAFO OITAVO – Caberá ao CINCON/PB- CENTRO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO ESTADO DA PARAIBA proporcionar as CCP's - Comissão de Conciliação Prévia todos os meios necessários a consecução de seu fim, como local adequado, equipamentos, pessoal para secretaria e assessoria jurídica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As partes assumem o compromisso e a obrigação de:

a) Em caso de descumprimento da presente CONVENÇÃO, a parte prejudicada fará jus à multa no valor de 20% (vinte por cento) do salário pago ao GRUPO I, da CLÁUSULA TERCEIRA.

b) Os trabalhadores abrangidos por esta Convenção, que optarem pelo vale transporte terão direito a forma prevista na legislação pertinente a espécies podendo optar por outro meio de transporte ofertado pelo empregador, desde que sobre este não incide ônus salarial.

c) OS CONDOMINIOS E ADM. DE CONDOMINIOS E LAVANDERIAS DE ROUPAS. Assegurarão assistência jurídica aos seus empregados que forem indiciados em inquérito criminal, por ato praticado no desempenho de suas funções e na defesa do patrimônio do seu empregador.

d) Os trabalhadores abrangidos por essa Convenção Coletiva de Trabalho, cujas funções estiverem sujeitas a adicional de insalubridade ou periculosidade, farão jus na forma da Lei. CLT- ARTS.189 a 194

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DIA DA CATEGORIA

O dia 11 de agosto é reconhecido como dia da categoria profissional, não sendo, entretanto considerado como dia feriado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR

A entidade sindical prestará indistintamente a todos os trabalhadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, benefícios sociais em caso de: nascimento de filho, acidente, enfermidade, aposentadoria, incapacitação permanente ou falecimento, conforme tabela de benefícios definida pelos sindicatos e discriminada no Manual de Orientação e Regras, por meio de organização gestora especializadas e aprovada pelas entidades Sindicais Convenentes.

Parágrafo Primeiro – A prestação dos benefícios sociais é obrigatória, na forma, valores, parcelas, requisitos, beneficiários, penalidades e tabela de benefícios definida no Manual de Orientação e Regras, registrado em cartório, parte integrante desta cláusula.

Parágrafo Segundo - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expreso consentimento da entidade sindical profissional, as empresas, compulsoriamente, a título de contribuição social, recolherão até o dia 10 (dez) de cada mês, o valor **total de R\$ 20,00 (vinte reais)** por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br. O custeio do Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto no salário do trabalhador.

Parágrafo Terceiro - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantidos ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quanto então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – O nascimento, óbito ou evento que possa provocar a incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente à gestora, no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias da ocorrência, pelo site www.beneficiosocial.com.br.

Parágrafo Quinto – O empregador que por ocasião do nascimento, de fato causador da incapacitação permanente ou falecimento, estiver inadimplente por falta de pagamento, efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, ou comunicar o evento após o prazo de 90 (noventa) dias, reembolsará a gestora o valor total dos benefícios a serem prestados e responderá perante o empregado ou a seus dependentes, a título de multa, o dobro do valor dos benefícios. Caso o empregador regularize sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da comunicação formal feita pela gestora, ficará isento de quaisquer responsabilidades descritas no item "6.º" do Manual de Orientação e Regras.

Parágrafo Sexto - Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos devido a fatos novos constantes nesta CCT e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos,

obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Sétimo - Mensalmente, estará disponível no site da Gestora um novo Certificado de Regularidade o qual deverá ser apresentado ao contratante quando solicitado e ao homologador quando das rescisões trabalhistas.

Parágrafo Oitavo - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Nono - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMP.PREST.SERV.C.GRANDE

ERICO MOTA FEITOSA
Presidente
SECOVI-PB SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA VENDA LOCAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO
ESTADO DA PARAÍBA

ANEXOS
ANEXO I -

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.